

Oliver Dinius<sup>1</sup>

***Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil***, de Marco Aurélio Santana<sup>2</sup>

**E**ste livro é fruto de um projeto ambicioso, uma tese de doutorado que visa oferecer uma reinterpretação das ligações entre o Partido Comunista Brasileiro e o movimento sindical durante cinco décadas. A análise histórica desta relação começa com a volta do PCB à legalidade em 1945 e termina com a “crise final do partido” nos anos 1990.

A primeira parte do livro, sobre o PCB na conjuntura 1945-1964, segue uma divisão cronológica tradicional. O primeiro capítulo aborda as relações entre partido e sindicatos durante a legalidade do PCB, de 1945 a 1947, apontando para as diferenças entre a posição da direção e dos parlamentares do partido, por um lado, e a da militância sindical por outro. Enquanto a direção partidária seguia uma linha reformista, tentando trabalhar dentro do novo sistema “democrático” e defendia uma postura de “apertar o cinto” em relação às demandas dos trabalhadores, muitos militantes nos sindicatos desafiavam esta orientação e apoiavam movimentos grevistas. O Comitê Central priorizou uma frente única com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no meio sindical, e até uma cooperação cautelosa com elementos “pelegos” para garantir a ordem e evitar um golpe militar e pareceu desviar-se dos objetivos revolucionários. Esta orientação da direção criou divergências em relação à militância que se intensificaram após o PCB ser novamente declarado ilegal, em 1947.

O segundo capítulo abrange os anos de maior conflito entre estes setores, de 1947 a 1954, quando a tendência “esquerdizante”

---

<sup>1</sup> Professor Assistente de História e Estudos Internacionais, The University of Mississippi, EUA. [dinius@olemiss.edu](mailto:dinius@olemiss.edu)

<sup>2</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. 311 p. (Coleção mundo do trabalho).

radicaliza a atuação comunista no meio operário, o que leva a uma redefinição da postura do partido. Até 1952, o PCB orientava sua militância a organizar o operariado fora das estruturas sindicais oficiais e autorizava movimentos grevistas — orientação que nem sempre agradava as bases, mais abertas a alianças com os petebistas. Uma resolução do Comitê Nacional em 1952 pôs fim a esta fase dita radical ao orientar a militância a procurar alianças nas bases operárias, até mesmo com petebistas. O PCB, entretanto, sempre manteve distância do governo Getúlio Vargas, que acusava de ser entreguista nas relações com os Estados Unidos.

O terceiro capítulo segue a evolução do PCB de *um pequeno partido, dogmático e militarizado* para uma força com peso no cenário político nacional durante os governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. O PCB alinhou-se com forças democráticas e nacionalistas e orientou a militância para democratizar o *sistema sindical, reformando estatutos, com vista a constituir uma verdadeira organização sindical forte e indissolúvel* (p. 101). A esperança que, com Jango, o PCB sairia da condição do partido proscrito nunca virou realidade. O golpe militar acabou com o projeto reformista do governo Goulart e as lideranças e a militância do partido foram novamente alvo de severa perseguição.

A segunda parte do livro traça a primeira “etapa” da evolução do partido desde 1964. Esta trata da luta do PCB para sobreviver aos anos de chumbo (1964-1978) quando sofreu a repressão esmagadora dos governos militares. No seu VI Congresso em 1967, o partido sancionou uma resolução apoiando a formação de uma frente das forças democráticas com a participação de setores progressistas do movimento católico e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para mobilizar o povo contra o regime ditatorial. Ressurgiram as velhas divergências entre a “grande política” da direção partidária e a militância radical, que insistia em um *ataque frontal à ditadura, baseado em ações da luta armada* (p. 161). *Foi difícil encontrar o caminho do meio, a linha justa, entre a conciliação do ‘desvio direitista’ e o golpismo do ‘desvio esquerdista’* (p. 177).

A terceira parte sobre o PCB em queda livre (1978-1992) é a crônica de uma “morte anunciada”. O autor apresenta um partido e uma militância comunista que gradualmente perdem a força de ação e ficam à sombra do êxito da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). O PCB se divide em duas correntes, uma de fato defendendo o pluralismo sindical, apoiando ingresso na CUT, e outra a favor da unicidade sindical,

esta participando da fundação da Coordenação Nacional de Classe Trabalhadora (CONCLAT). O êxito da CUT esvaziou a proposta de reunir os sindicatos em uma central de orientação comunista, e os defensores da unicidade se integraram na criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Os militantes do PCB, entretanto, nunca obtiveram altos cargos na CGT e ao mesmo tempo a direção partidária desprezou a linha “radical” da CUT, o que resultou em um enfraquecimento dramático dos comunistas no meio operário.

O autor assinala que o PCB, no final dos anos 1980, *fez opção pelos conservadores e atrelou seu destino a eles* [os pelegos] (p. 292). O partido continua com o seu *discurso de mera manutenção da democracia, que não era mais suficiente com o desenvolvimento da situação política nacional, e assim perdeu não só a corrida pela hegemonia no interior das esquerdas, mas também o próprio espaço de existência* (p. 293).

A principal preocupação do trabalho é a ambigüidade do PCB na orientação da militância quanto a manter a unidade do proletariado no conflito com a classe capitalista e não abandonar a linha revolucionária. Porém, foi muito difícil encontrar este ponto de equilíbrio. O autor salienta que “muitas vezes”, sentiu-se um *descompasso [...] entre as orientações gerais do partido e o movimento dos trabalhadores que foi acompanhado de perto pela desconexão entre as estruturas de liderança e as de base*. Ao longo das décadas, sempre existiu uma tensão fundamental pois o PCB, *por tentar capitanear o movimento dos trabalhadores por seu desígnio, nem sempre consentâneo com os interesses da classe que visava representar, quase sempre viu qualquer ação que não aquelas enquadradas em seus projetos como algo que poderia prejudicar seus intentos e, correlatamente, os próprios interesses dos trabalhadores* (p. 296). O autor não utiliza estes termos, mas parece propor que a autodefinição da liderança do PCB como “vanguarda” do movimento operário levou a constantes embates com os militantes de base mais preocupados com o dia-a-dia dos trabalhadores nas fábricas.

O ponto forte do livro é a discussão das nuances em relação às ambigüidades com que o PCB orientava sua militância. Entre 1947 e 1954, por exemplo, *travou-se uma verdadeira luta interna para a conquista da implementação da linha política proposta pela direção partidária* (p. 58). O autor reconhece uma certa falta de lógica política na linha do partido. *Fica difícil, assinala, tentar entender como um partido que naquele momento propunha uma revolução, se empenhando*

nela, estaria interessado em ter de volta a 'legalidade do PCB e a volta dos parlamentares comunistas' (p. 71).

Se forem colocadas em uma discussão mais abrangente da "frente única", estas observações poderiam levar a uma análise aprofundada da ideologia do PCB e das aparentes contradições internas em sua estratégia política. Seria interessante pesquisar se esta linha da "frente única" era resultado de políticas situacionistas ou, por outro lado, de uma ideologia fundamentada na "frente única" da Terceira Internacional Comunista (COMINTERN) e na "frente popular" anunciada no VII Congresso do COMINTERN, em 1935 por seu secretário-geral Georgi Dimitrov. O texto repetidamente caracteriza a linha pós-guerra do PCB como "frente única" mas não deixa claro se isso se refere à definição rígida do COMINTERN.

O livro abre com uma citação de Antonio Gramsci, atribuindo ao historiador o papel de *acentua[r] sobretudo a eficiência real do partido, a sua força determinante, positiva e negativa, a sua contribuição para criar um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verifiquem*. Cumprindo esta missão, o autor poderia ter acentuado mais a questão da força combativa do PCB e da sua militância de base.

Um movimento grevista, sem mencionar uma greve bem sucedida, necessita de organização e de alto nível de disciplina, e não apenas de uma ideologia que justifique a ação. Enquanto a análise considera de forma bastante detalhada as ambigüidades ideológicas na política sindical do PCB, esta não revela muito sobre a capacidade dos militantes em mobilizar o operariado. Na conclusão do segundo capítulo, por exemplo, o autor se refere à militância comunista que se aproveita de *toda a sua experiência e organização para avançar rápido no controle dos sindicatos* (p. 87) mas sem indicar qual era a base de poder e a estratégia de organização que permitiu este fortalecimento. Relatos da militância nas grandes greves da época são utilizados para caracterizar a presença e a força do PCB nas bases, sem que o autor evidencie com exatidão quais eram os sindicatos que seguiram a orientação comunista nestes movimentos. Mesmo não sendo possível esperar uma quantificação dos sindicatos controlados pelo PCB, poder-se-ia desenvolver uma metodologia para avaliar a força de um partido clandestino que não participou de eleições. Sem isso, corre-se o risco de fundamentar a avaliação do poder do partido em idéias preconcebidas.

Poder-se-ia iniciar uma discussão sobre outras questões fundamentais quanto ao papel do comunismo e anticomunismo no desenvolvimento da sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, seria oportuno considerar, por exemplo, se o partido comunista e sua presença no meio sindical realmente representavam uma séria ameaça à hegemonia da burguesia nacional ou em hipótese alternativa, se os grupos anticomunistas sistematicamente exageraram a força do PCB para justificarem em 1947 e em 1964, uma repressão muito além do “necessário” para garantir a “estabilidade do sistema”. Isso poderia ser um passo importante para promover uma compreensão mais profunda do que foi o alcance da influência dos Estados Unidos na formulação desta política anticomunista como parte de uma estratégia global para vencer a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Guerra Fria.

Neste contexto, a batalha pelo apoio do operariado foi decisiva. O texto identifica os petebistas como os maiores rivais dos comunistas nesta luta antes de 1960 e apresenta as disputas entre as respectivas militâncias como resultado de divergências de estratégia mais do que de ideologia. O crescimento das forças anticomunistas no meio sindical talvez merecesse mais atenção, sobretudo do movimento de operários católicos, que muitas vezes manteve alianças informais com os trabalhistas. As raízes históricas dos avanços católicos no meio operário remontam à atuação do movimento da renovação católica nos anos 1930, quando se fundaram círculos operários católicos nas principais cidades industriais do país. Este trabalho nas bases consolidou-se durante o Estado Novo, e o movimento apoiado pela diplomacia anticomunista do Vaticano, continuou fortalecendo-se nos governos populistas e se manteve como um aglomerador de trabalhadores até os anos 1990. De certa forma, o declínio da influência comunista no meio sindical poderia ser visto como um reflexo do êxito do movimento católico.<sup>3</sup>

Na introdução, reconhece-se que a história do PCB é um assunto bem trabalhado na historiografia brasileira e, sobretudo na primeira parte do livro, longos trechos se fundamentam nesta

---

<sup>3</sup> Nesse contexto, poder-se-ia imaginar uma interessante discussão do papel dos militantes católicos na formação da oposição sindical no fim dos anos 1970, na criação da CUT e na fundação do próprio PT.

literatura. Esta é bem trabalhada, e o autor consegue integrá-la em uma leitura que oferece novas perspectivas. Também é enfatizada a necessidade de se utilizar novas fontes primárias para oferecer uma contribuição inovadora a esta literatura. No entanto, a grande maioria dos documentos citados na primeira parte do trabalho consta de coletâneas já publicadas. Na segunda parte, sobre os anos pós-golpe, o autor utiliza novas fontes primárias com mais abundância, sobretudo periódicos comunistas e entrevistas com ex-militantes.

A perspectiva apresentada neste trabalho, baseada na análise destas fontes, certamente levanta questões importantes. Porém, o material consultado não parece ser suficiente para sustentar uma reinterpretação de grande abrangência sobre as ambigüidades na orientação e ação do partido no meio sindical. Neste contexto, é surpreendente não ter sido trabalhado a documentação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), uma das fontes mais ricas sobre a atuação do PCB no pós-guerra, que poderia trazer outros importantes elementos para se entender a relação entre o partido e sindicatos.<sup>4</sup>

Parece, de qualquer forma, impossível explicar a orientação do partido, sua estratégia sindical e seus conflitos internos sem uma consideração mais ampla da trajetória do comunismo internacional, sobretudo no auge da Guerra Fria. Para isso, seria necessário pesquisar nos arquivos do Partido Comunista da antiga URSS e nos arquivos da Federação Sindical Mundial (FSM) em Praga. É preciso reconhecer que as bolsas de doutorado geralmente não oferecem condições para uma programa de pesquisas internacionais tão ambicioso. Vale observar, entretanto, que futuros estudos (pós-doutorais) sobre o papel histórico do PCB no pós-guerra poderiam seguir o exemplo de Paulo Sérgio Pinheiro, que pesquisou em arquivos internacionais e propôs, em *Estratégias da Ilusão*, uma interpretação original e bem documentada do comunismo.<sup>5</sup> A história de um partido inerentemente

---

<sup>4</sup> Desde 1996 os pesquisadores têm acesso à documentação do Dops, guardada nos arquivos públicos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esta documentação inclui material sobre a atuação do PCB antes de 1964. Para dados mais recentes impuseram-se certas restrições, visando proteger a privacidade das vítimas da repressão policial.

<sup>5</sup> PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

internacional, mesmo no cenário político dos governos populistas, dominado pelo nacionalismo econômico, não pode ser escrita a partir de uma perspectiva exclusivamente nacional.

É possível sugerir alguns pontos de partida para incorporar este contexto internacional na história do PCB. A primeira década pós-guerra foi uma época tumultuosa para o comunismo internacional e, particularmente, para as organizações sindicais aliadas ao emergente bloco soviético. Em 1945 fundou-se a FSM para superar as divisões que existiam no movimento sindical internacional. Porém, a unidade sindical mundial na pós-guerra durou pouco. A ruptura entre os Estados Unidos e a Inglaterra de um lado, e a URSS do outro, tocou os sinos da Guerra Fria e os membros não-comunistas saíram da FSM em 1948. Os dissidentes fundaram em 1949, a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) novamente abrindo o campo sindical para uma competição acirrada.<sup>6</sup>

Estes eventos certamente tiveram um impacto na linha seguida pelo PCB e pela militância. Para muitos militantes de todos os partidos comunistas do mundo, o início de Guerra Fria e a saída da grande maioria dos sindicatos de países capitalistas da FSM foram considerados como uma traição, colocando em dúvida o raciocínio político por detrás da frente única do proletariado. Os comitês centrais que continuaram a defender esta linha ficaram desacreditados, o que contribuiria para explicar a radicalização da militância sindical brasileira entre 1948 e 1953.

Seria mais interessante, nesse contexto, pesquisar mais sobre a orientação que os comunistas brasileiros receberam da FSM e da afiliada Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL). Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proibisse a afiliação de entidades sindicais brasileiras às intersindicais internacionais, estas cortejavam as lideranças sindicais brasileiras, o que reforçou as divergências entre pecebistas e petebistas. Em 1952, quando o parlamento brasileiro emendou a CLT e permitiu

---

<sup>6</sup> Minhas pesquisas nos acervos da CIOSL, no Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis, em Amsterdã, e nos acervos da Organização Internacional de Trabalho (OIT) em Genebra, convenceram-me da importância desta história internacional do sindicalismo. Porém, para compreender a atuação do PCB a documentação da FSM seria certamente mais importante.

a afiliação das federações e confederações às intersindicais internacionais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) afiliaram-se à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), representante da CIOSL no continente americano. A estreita cooperação das respectivas lideranças, Deocleciano Holanda Cavalcanti (CNTI) e Paulo Baeta Neves (CNTC) virou alvo de duras críticas comunistas e dificultou a reaproximação objetivada pelo Comitê Central.

Assim, poder-se-ia relacionar eventos-chave na história do comunismo internacional com as reorientações do PCB e, observando trajetórias semelhantes em outros países, melhor distinguir-se-iam as decisões políticas que resultaram do quadro internacional daquelas que se basearam em acontecimentos nacionais. A partir disso, compreender-se-ia melhor o desafio de se delinear uma estratégia sindical que respondesse a queixas sociais e materiais do operariado a nível local e, concomitantemente, promovesse uma ideologia cuja maior preocupação ainda seria o triunfo mundial das forças proletárias sobre o capitalismo. Uma abordagem que colocasse a história do PCB em seu contexto internacional evitaria o risco, assinalado por Gramsci no trecho supracitado, de se interpretar o partido com base em uma perspectiva do “sectário” que *exaltar*á os *pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico, impregnando-o de um entusiasmo místico*.

Este texto — escrupuloso na utilização das fontes trabalhadas e útil como síntese da literatura recente sobre a atuação do PCB no meio sindical — poderá servir como ponto de partida para esta internacionalização da historiografia.